



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2018, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (NUCLEP) teve marcos relevantes que entraram, com absoluta certeza, no seu currículo de feitos históricos.

Com protagonismo de sempre, a NUCLEP viabilizou, no Programa de Desenvolvimento de Submarinos-PROSUB, um projeto de nação que objetiva a defesa da soberania brasileira no mar, mediante a construção dos cascos resistentes para os quatro submarinos convencionais classe SCORPENE. Ao final do ano, como marco histórico, foi realizada a Cerimônia de Entrega do Submarino "Riachuelo" com o seu lançamento ao mar.

Ainda acerca PROSUB, a Companhia espera, também, participar da fabricação do casco resistente do primeiro submarino de propulsão nuclear (SNBR), a ser construído no Brasil.

Já com relação ao Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica – LABGENE do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo – CTMSP, a NUCLEP contribuiu, e vem contribuindo, com a fabricação dos acumuladores, tanques de inundação, trocadores de calor para o seu Sistema de Resfriamento em Emergência, fruto de um relevante contrato celebrado em 2017.

Não se pode deixar de destacar, que a Diretoria Executiva, de forma exitosa, conseguiu aprovar, em 2018, o primeiro plano de apoio a aposentadoria junto à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais ("SEST") e ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ("MCTIC"). Foram desligados 36 empregados dentro do exercício de 2018. Para 2019 espera-se um número de 75 desligamentos que contribuirão para redução nas despesas da folha de pagamento.

No âmbito das expectativas comerciais, em 2019, a NUCLEP deverá ter como prioridade de ação a conquista de novos mercados, em particular o de petróleo e gás, o aumento da competitividade, por meio da transformação digital, a celebração de parcerias como forma de atuação, a manutenção e aprimoramento da qualidade por meio das certificações e a pesquisa, desenvolvimento e inovação de forma a manter a empresa em um ambiente de constante renovação de conhecimentos e tecnologia.

Importante registrar, ainda, que a Companhia se encontra pronta a atender demandas do setor nuclear através do desenvolvimento de componentes pesados de usinas nucleares, que poderá já ocorrer no exercício de 2019, com a esperada retomada do Programa Nuclear Brasileiro – PNB, mediante conclusão de Angra 3, como também, com a oportunidade de retomar a fabricação do Bloco 40 para o LABGENE com a sua devida instalação, prevista até 2022.

Agradecemos aos nossos acionistas, ao Ministério Supervisor, aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, integrantes do Comitê de Auditoria e Elegibilidade, fornecedores de bens e serviços e seus trabalhadores, às autoridades dos governos federal, estadual e dos municípios e aos empregados, pelo comprometimento com os objetivos da Companhia para o desenvolvimento de nosso Brasil.

Carlos Henrique Silva Seixas
Presidente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

I. PERFIL CORPORATIVO

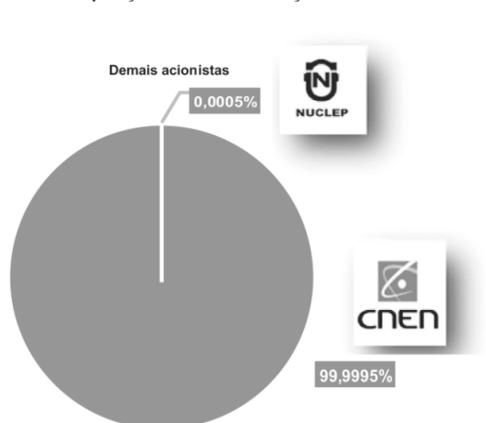
A NUCLEP é uma indústria de caldeiraria pesada, com tecnologia, equipamentos, pessoal qualificado e certificações adequadas para fornecer equipamentos, com alta complexidade de fabricação, sob encomenda, para os principais mercados de atuação da empresa, quais sejam, o da energia nuclear, o da defesa, o de petróleo e gás natural, entre outras áreas de atuação.

A NUCLEP tem por objeto social projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares, assim como equipamentos relativos a construção naval e offshore, e a outros projetos.

I.1 Estrutura Societária

No ano de 2018, a Companhia manteve seu quadro societário inalterado e com a seguinte estrutura:

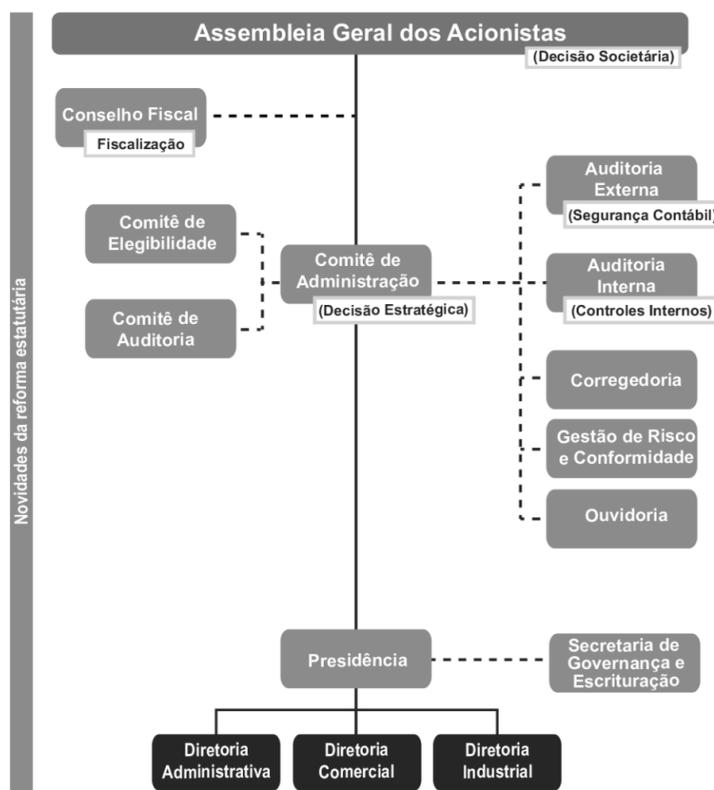
Composição Acionária – Posição em 31/12/2018



II. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de Governança Corporativa tem aderência ao Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, como também, encontra-se em linha com as recomendações do SEST – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

Segue abaixo o detalhamento da estrutura de governança corporativa da NUCLEP.



II.1 Assembleia Geral dos Acionistas

É o órgão de participação direta pelo qual os sócios tratam das grandes decisões da Companhia, incluindo a prestação de contas e exercício de transparência pela administração.

II.2 Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão colegiado encarregado do processo de decisão da organização em relação ao seu direcionamento estratégico. Ele exerce o papel de guardião dos princípios, valores, objeto social e sistema de governança da organização.

Nome	Cargo	Representante
Álvaro Toubes Prata	Presidente	MCTIC
Carlos Henrique Silva Seixas	Membro	Presidente da Companhia
Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior	Membro	Comando da Marinha
Thadeu Marcos Orosco Coelho Lobo	Membro	Comando da Marinha
Vago	Membro	MCTIC
Alessandra Cristina Azevedo Cardoso	Membro	MP
Valdeir Cordeiro Azevedo	Membro	Empregados

II.3 Diretoria Executiva

É composta por 4 (quatro) Diretorias – Diretor-Presidente, Diretor Administrativo, Diretor Industrial e Diretor Comercial – eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração.

Nome	Cargo
Carlos Henrique Silva Seixas	Presidente
Marcio Ximenes Virgínio da Silva	Diretor Industrial
Luzenildes Sant'Ana de Almeida	Diretor Administrativo
José Mauro Esteves dos Santos	Diretor Comercial

II.4 Conselho Fiscal

Eleitos periodicamente pela Assembleia Geral Ordinária o Conselho Fiscal funciona em caráter permanente e atua como órgão autônomo e fiscalizador dos atos e fatos de gestão da Alta Administração da Companhia.

Nome	Cargo	Representante
Sergio Alonso da Costa	Presidente	Tesouro Nacional
Alfonso Orlandi Neto	Membro	MCTIC
Engels Augusto Muniz	Membro	MCTIC

II.5 Comitê de Auditoria – COAUD

A existência de um Comitê de Auditoria é uma boa prática para todo e qualquer tipo de organização, independentemente de seu estágio do ciclo de vida. Ademais, trata-se de uma exigência da Lei nº 13.303/16. No entanto, não exime o Conselho de Administração da responsabilidade plena sobre os assuntos tratados pelo Comitê, uma vez que este é um órgão de apoio ao mesmo, objetivando o aprofundamento dos estudos de assuntos estratégicos, de forma a garantir que a decisão a ser tomada pelo Conselho de Administração seja tecnicamente fundamentada.

II.6 Comitê de Elegibilidade

Igualmente obrigatório por conta da atual legislação, tem, dentre outras, as seguintes competências, conforme previsto no Decreto nº 8.945/16 que regulamentou a Lei nº 13.303/16:

- opinar, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de administradores e Conselheiros Fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições; e
- verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e dos Conselheiros Fiscais.

II.7 Auditoria Externa (independente)

As empresas estatais deverão observar as regras de escrituração e elaboração de demonstrações financeiras contidas na Lei nº 6.404, de 1976, suas alterações e nas normas da CVM, inclusive quanto à obrigatoriedade de auditoria independente por Auditor registrado naquela Autarquia.

A atribuição principal do auditor independente é emitir, observadas as disposições aplicáveis, opinião sobre as demonstrações financeiras preparadas pela administração se representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da organização.

A NUCLEP já cumpre este requisito da lei e vem, constantemente, aprimorando seus mecanismos de publicação das demonstrações financeiras.

II.8 Auditoria Interna

Subordinado diretamente ao Conselho de Administração, este órgão tem a responsabilidade de monitorar, avaliar e realizar recomendações visando a aperfeiçoar os controles internos e as normas e procedimentos estabelecidos pelos administradores.

A Diretoria da NUCLEP tem se preocupado em fortalecer a Auditoria Interna. Todos os relatórios emitidos são analisados pelas partes envolvidas e há um esforço e comprometimento de todos os empregados em atender às recomendações da Auditoria Interna.

A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração, em consonância com o disposto no art. 15, § 3º, do Decreto nº 3.591/2000, reproduzido no Estatuto Social da NUCLEP, em seu artigo 58.

No ano de 2018, a Auditoria Interna realizou onze trabalhos, tendo sido elaborados nove relatórios de auditoria e duas Notas Técnicas, contemplando sete áreas distintas, além da participação na realização de auditoria no Instituto de Previdência Complementar NUCLEOS.

A Auditoria do NUCLEOS é composta de um trabalho realizado com uma equipe de auditores de cada uma das patrocinadoras, ou seja, ELETRONUCLEAR, INB e NUCLEP, sendo que este trabalho tem periodicidade anual.

As recomendações expedidas pela Auditoria Interna como resultado de seus trabalhos são apresentadas e discutidas com as áreas auditadas envolvidas e, posteriormente, quando da versão definitiva do Relatório de Auditoria, é estabelecido o prazo inicial de 90 dias para atendimento.

A seguir, ilustra-se a distribuição de trabalhos realizados pela Auditoria Interna por áreas no exercício de 2018.

Distribuição dos Trabalhos da Auditoria Interna por Áreas



Fonte: Auditoria Interna – PI

II.9 Ouvidoria

Instituída por meio da Portaria P-127/2017 de 18 de abril de 2017, e vinculada ao Conselho de Administração, a Ouvidoria tem como finalidade viabilizar os direitos dos empregados e demais colaboradores da NUCLEP de serem ouvidos, garantindo a oportunidade de terem suas demandas pessoais e coletivas tratadas adequadamente.

Como canal institucional de interlocução, é instrumento relevante para acolher opiniões, críticas, reclamações, sugestões e denúncias, contribuindo para o combate a fraudes e corrupção, para a efetividade e transparência na comunicação e para o relacionamento da NUCLEP com as partes interessadas.

II.10 Secretaria de Governança e Escrituração

A Presidência conta com o apoio de uma Secretaria de Governança e Escrituração, para aprimorar o funcionamento do sistema de governança, a qual incumbe, dentre outras atribuições, as seguintes:

- prestar assessoramento e apoio administrativo ao Presidente da NUCLEP;
- agendar, organizar e prestar apoio nas Assembleias Gerais de Acionistas e nas reuniões do Conselho de Administração, sob as orientações do Presidente da NUCLEP;
- secretariar as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração, lavrando as suas respectivas atas.

II.11 Corregedoria

Vinculada ao Conselho de Administração, a Corregedoria-Setorial da NUCLEP é responsável pelas atividades relacionadas à prevenção e apuração de responsabilidade, por meio de instauração e condução de procedimentos correccionais.

A Corregedoria-Setorial tem por finalidade, dentre outras:

- coordenar as atividades correccionais, sob sua responsabilidade, com as atividades dos demais integrantes do Sistema de Correição: organizando e fornecendo informações sobre os processos em curso, participando de atividades conjugadas com os demais integrantes e sugerindo medidas de aprimoramento para o melhor funcionamento do sistema correccional;
- exercer a supervisão do funcionamento e execução dos processos e procedimentos correccionais no âmbito da NUCLEP, quais sejam: Investigação Preliminar, Inspeção, Sindicância, Termo Circunstanciado Administrativo – TCA, Termo Ajustamento de Conduta – TAC, Processo Administrativo Geral, Processo Administrativo Disciplinar, e
- recomendar a instauração dos processos e procedimentos disciplinares que se façam necessários.

III. GESTÃO EMPRESARIAL - DESEMPENHO

A Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços teve em 2018 uma queda de 67,25% em comparação ao ano anterior, como se vê graficamente abaixo:

Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços
(Em milhares de R\$)



A redução aguda da receita bruta, decorre de um cenário com reflexo na desaceleração do crescimento econômico do país, que motivou, dentre outras, o adiamento da construção do Submarino de Propulsão Nuclear, do Reator Multipropósito e a paralisação das obras da Usina Nuclear de Angra 3.



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A.
CNPJ Nº 42.515.882/0001-78

Acrescente-se, também, a paralisação das atividades do setor de petróleo e gás contribuindo para que os principais "players" do mercado postergassem encomendas ou investimentos no setor.

Ao analisar abaixo a composição da Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços de 2018, se observa que o setor de defesa teve participação relevante nos R\$13.036 milhões, equivalente a 93,67%:

Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços

Da receita bruta de vendas de produtos e serviços, 75% (setenta e cinco por cento) compreendem a receita reconhecida no exercício referente ao contrato de fornecimento nº. 20/10 firmado com a empresa ICN- Itaguaí Construções Navais (subseções do casco do submarino); 3% (três por cento) referentes aos contratos 009/09 e 006/10 firmados com a Eletronuclear (acumuladores e condensadores) e 18% (dezoito por cento) inerentes ao contrato com CTMSP (vazo de pressão, geradores de vapor e labgene).

	2018	2017
ICN	9.843	30.085
Eletronuclear	436	3.497
CTMSP	2.407	3.991
Outros	350	2.232
Total da Receita Operacional Bruta	13.036	39.805

Composição da Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços (Em milhares de R\$)



IV. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A NUCLEP mantém uma política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS e visa a certificação da ISO 14001:2015. Em 2018, reestruturou o Comitê de Logística Sustentável para implantação do Plano de Logística Sustentável – PLS e manteve a Comissão de Coleta Seletiva Solidária para a adoção economia solidária na instituição. Além disso, participa formalmente da Rede de Sustentabilidade da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, onde coordena de forma adjunta o eixo de resíduos e da Comissão do Plano de Área da Baía de Sepetiba (CABS), de forma a garantir a conformidade do Plano de Área da Baía de Sepetiba (PABS) com o Plano Nacional de Contingência (PNC). Em novembro/2018 foi eleita como membro titular do Comitê Guandu, biênio fev/2019 a fev/2021, no quesito usuário-indústria. A NUCLEP, em janeiro de 2018, passou a ser membro do Plano de Apoio Mútuo da Costa Verde – PAM.

A NUCLEP vem recebendo, desde 2012, o selo de Empresa Cidadã pela apresentação de suas informações ambientais, contábeis e sociais, destacando seu compromisso não só com o desenvolvimento das atividades econômicas, mas também da sociedade ao redor. A NUCLEP visa contribuir cada vez mais com a sociedade, de forma a garantir a preservação e proteção ambiental e o desenvolvimento social sustentável.

V. PREMIAÇÕES

V.1 Empresa Cidadã

Criado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ) em 2002, o projeto objetiva incentivar a elevação da qualidade das informações contábeis e socioambientais publicadas nos relatórios anuais de Organizações de todos os portes, segmentos e regiões do Brasil. A empresa detentora recebe o Certificado de Empresa Cidadã.

São certificadas as Organizações cujas informações contábeis e socioambientais alcançam o nível de qualidade exigido pelo regulamento, segundo análise de uma equipe de mestrandos da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



V.2 Nível II – IG SEST

MINISTERIO DE
MINAS E ENERGIA



IG SEST
CERTIFICADO

A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, confere ao

Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - Nuclep

certificação Nível 2 no 3º ciclo de avaliação do Indicador de Governança - IG-SEST, de acordo com o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Fernando Antônio Ribeiro Soares
Secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

VI. ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

A NUCLEP elaborou seu Planejamento Estratégico em 2017 com abrangência de cinco anos. As revisões de suas estratégias são feitas anualmente através de seu Plano de Negócios. As estratégias definidas pela Diretoria Executiva da empresa são apresentadas ao Conselho de Administração para aprovação na última reunião ordinária, conforme previsto na Lei 13.303/2016.

As estratégias são elaboradas para atender a Missão e a Visão da empresa, conforme apresentado no Mapa Estratégico. Adicionalmente, são considerados os principais mercados de atuação: nuclear, defesa e petróleo e gás; e as estratégias para atender as demandas destes mercados e o desenvolvimento da empresa.

Os objetivos estratégicos, bem como os planos de ação para alcançá-los, foram aprovados pelos Conselho de Administração, em 07 de dezembro de 2018, e estão apresentados a seguir.

OBJETIVO 1. Celebrar novos contratos a partir das propostas emitidas nas áreas de atuação da empresa.

Ação 1.1. Estreitar relacionamentos com potenciais clientes de forma a efetivar as oportunidades para novos contratos na área Nuclear.

Ação 1.2. Estreitar relacionamentos com potenciais clientes de forma a efetivar as oportunidades para novos contratos na área de Defesa.

Ação 1.3. Estreitar relacionamentos com potenciais clientes de forma a efetivar as oportunidades para novos contratos no Petróleo e Gás.

Ação 1.4. Estreitar relacionamentos com potenciais clientes de forma a efetivar as oportunidades para novos contratos em novos segmentos.

OBJETIVO 2. Desenvolver um modelo de gestão de negócios considerando mão de obra externa contratada, tanto para a fábrica de Itaguaí quanto para empreendimentos fora da empresa.

Ação 2.1. Definição dos termos para a contratação de mão de obra terceirizada.

OBJETIVO 3. Desenvolver parcerias nacionais e internacionais.

Ação 3.1. Buscar novos parceiros nos mercados de atuação da NUCLEP.

Ação 3.2. Articular com os Ministério de Minas e Energia e Ministério da Defesa projetos estratégicos nas áreas de Defesa e Nuclear.

Ação 3.3. Participar de forma proativa em feiras e eventos comerciais.

OBJETIVO 4. Manter as certificações da empresa em normas de importância comercial.

Ação 4.1. Adequar os processos internos para futura certificação na Norma NBR ISO 14001:2015, referente ao Sistema de Gestão Ambiental.

Ação 4.2. Recertificar na norma ASME VIII.

OBJETIVO 5. Implantar CRM (Customer Relationship Management).

Ação 5.1. Readequação dos processos para implantação da ferramenta.

Ação 5.2. Aquisição e implantação do software nas áreas envolvidas.

OBJETIVO 6. Renovar a licença de operação

Ação 6.1. Articular junto aos órgãos competentes a renovação da licença de operação.

OBJETIVO 7. Readequar o quadro de empregados

Ação 7.1. Implantar as ações do Plano de Apoio à Aposentadoria – PAA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Disponibilidades	4	45.386	26.531	Fornecedores	16	34.341	44.198
Contas a receber	5	30.431	32.761	Obrigações trabalhistas e sociais	17	50.798	34.757
Estoques	6	92.506	57.016	Obrigações tributárias	18	210	4.483
Impostos a recuperar	7	3.923	3.355	Previdência privada - NUCLEOS	23	18.214	17.757
Outros créditos	8	5.503	6.265	Obrigações com clientes	19	10.186	8.061
TOTAL DO CIRCULANTE		177.749	125.928	Outras obrigações	20	6.703	913
NÃO CIRCULANTE				Receita de subvenção a realizar	21	10.634	-
Realizável a Longo Prazo				TOTAL DO CIRCULANTE		131.086	110.169
Contas a receber	9	247.777	215.666	NÃO CIRCULANTE			
Depósitos recursais	10	11.946	10.924	Exigível a Longo Prazo			
Cauções	11	6.817	7.305	Empréstimos - INB	22	31.198	27.812
		266.540	233.895	Previdência privada - NUCLEOS	23	198.096	196.401
Investimento	12	167	137	Provisões para contingências	24.2	35.729	4.898
Imobilizado	13	276.166	282.580	Obrigações com clientes	19	1.033	1.033
Intangível	14	1.600	1.210	Imóvel para aumento de capital	13.1	1.560	1.560
Subvenção do Tesouro para investimento	15	(38.054)	(36.255)	Receita de subvenção a realizar	21	87.338	69.575
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		506.419	481.567	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		354.954	301.279
TOTAL DO ATIVO		684.168	607.495	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	25.1	61.210	61.210
				Reserva de reavaliação	25.2	36.863	41.582
				Ajuste de avaliação patrimonial	13.1	159.864	159.864
				Prejuízos acumulados		(59.809)	(66.609)
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		198.128	196.047
				TOTAL DO PASSIVO		684.168	607.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	26	362.862	416.887
Custo dos produtos e serviços vendidos	27	(49.512)	(120.365)
RESULTADO BRUTO		313.350	296.522
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e comerciais	28	(176.595)	(171.292)
Tributárias		(2.254)	(7.321)
Financeiras líquidas	29	(3.651)	(3.808)
Custos fabris não apropriados à produção	30	(132.978)	(124.200)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		(315.478)	(306.621)
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS			
TOTAL DE OUTRAS DESPESAS E RECEITAS			
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		(2.128)	(10.099)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(2.128)	(10.099)
Número de ações em lote de mil		61.210	61.210
Resultado do exercício por ação em R\$		(0,03)	(0,16)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro (prejuízo) do exercício	(2.128)	(10.099)
Outros resultados abrangentes	(4.719)	(4.790)
Realização da Reserva de Reavaliação	(4.719)	(4.724)
Baixa da Reserva de Reavaliação	-	(66)
Resultado abrangente	(6.847)	(14.889)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DO CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO (Em Milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do exercício	(2.128)	(10.099)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Variáveis monetárias líquidas	3.386	3.171
Depreciações	10.474	9.368
Amortizações	14	-
Baixa no ativo imobilizado	11	-
Baixa no ativo intangível	-	1.364
Baixa de passivo circulante - Adesão ao REFIS	4.209	1.974
Realização das subvenções de investimentos	1.800	5.818
Resultado líquido das atividades operacionais	17.766	11.596
(Aumento) Redução do Ativo		
Contas a receber	(29.783)	19.023
Outros créditos	763	2
Estoques	(35.490)	9.014
Depósitos recursais e cauções	(535)	(2.099)
Impostos a recuperar	(568)	411
(Aumento) Redução do Passivo	(65.613)	26.351
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	(9.858)	5.667
Obrigações trabalhistas e sociais	16.041	7.145
Obrigações tributárias	(4.273)	(8.298)
Previdência privada	19.640	16.999
Obrigações com clientes	2.125	(7.137)
Subvenções a realizar/outras	34.187	(17.641)
Provisões	30.831	(2.322)
Resultado líquido das atividades operacionais	88.693	(5.587)
Fluxo Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	40.846	32.360
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de investimento	(30)	(73)
Aquisição de imobilizado	(4.071)	(5.826)
Aquisição de intangível	(403)	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Subvenções para amortização de dívida - Nucleos	(17.487)	(17.310)
Fluxo de Caixa Gerado (Aplicado) no Exercício	18.855	9.151
Aumento (Redução) nas Disponibilidades		
Saldo final do disponível (2017 / 2016)	26.531	17.380
Saldo final do disponível (2018 / 2017)	45.386	26.531
Varição no Saldo das Disponibilidades	18.855	9.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



MINISTERIO DE
MINAS E ENERGIA



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2017		61.210	46.372	159.864	(63.274)	204.172
Realização reserva de reavaliação	20	-	(4.724)	-	4.724	-
Baixa da reserva de reavaliação	-	-	(66)	-	66	-
Baixa de IR e CSSL - Anistia - Adesão ao REFIS	-	-	-	-	1.974	1.974
Resultado do exercício	-	-	-	-	(10.099)	(10.099)
Saldo publicado em 31 de dezembro de 2017		61.210	41.582	159.864	(66.609)	196.047
Realização reserva de reavaliação	20	-	(4.719)	-	4.719	-
Baixa de IR e CSSL - Anistia - Adesão ao REFIS	-	-	-	-	4.209	4.209
Resultado do exercício	-	-	-	-	(2.128)	(2.128)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		61.210	36.863	159.864	(59.809)	198.128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Milhares de Reais)

	2018	2017		2018	2017
Receitas			Distribuição do valor adicionado		
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	13.036	39.805	Salários e encargos	205.731	181.743
	13.036	39.805	Honorários de diretoria	1.478	560
Insumos próprios e adquiridos de terceiros			Planos de aposentadoria e pensão	33.223	29.732
Custo dos produtos e serviços prestados	(49.512)	(120.365)	Provisões (trabalhistas, cíveis e tributárias)	33.381	4.898
Materiais, energia e serviços de terceiros	(25.272)	(69.191)	Impostos, taxas e contribuições	2.254	7.321
	(74.784)	(189.556)	Impostos Federais sobre vendas	192	845
Valor adicionado bruto	(61.748)	(149.751)	Impostos Estaduais sobre vendas	6.152	4.155
Depreciação, amortização e exaustão	(10.488)	(9.368)	Impostos Municipais sobre vendas	88	453
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(72.236)	(159.119)	Juros e atualizações monetárias	3.855	3.900
Valor adicionado recebido em transferência			Resultado do exercício	(2.128)	(10.099)
Recursos orçamentários do Tesouro Nacional	356.258	382.535	Valor adicionado distribuído	284.226	223.508
Receitas financeiras	204	92			
Valor adicionado total a distribuir	284.226	223.508			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em Milhares de Reais)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A – NUCLEP, (denominada “NUCLEP” ou “Companhia”), empresa de capital fechado, é uma sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação – MCTIC. Sua sede está situada no Edifício RB1, Avenida Rio Branco, nº 01 – Sala 1610, Centro – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 20.090-003. Sob o controle acionário da Comissão Nacional de Energia Nuclear -NEN, com objetivo social de projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados para usinas nucleares, assim como equipamentos para a construção naval e offshore, e outros projetos.

Em face da falta de investimentos na área nuclear e atuando em um mercado bastante restrito, a empresa é obrigada a reorientar suas atividades econômicas para outros segmentos. Com isso, as necessidades de capital de giro vêm sendo supridas com os recursos da União, que durante o exercício de 2018 foram de R\$ 382.862 mil (2017: R\$ 382.535 mil).

A empresa mantém os seguintes benefícios aos seus empregados e dirigentes: Plano de assistência médico-odontológico, extensivo aos dependentes; alimentação; transporte e plano de previdência privada com coparticipação dos empregados.

2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A Companhia adotou todas as normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB, mediante revisão do pronunciamento já interpretado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em vigência até 31 de dezembro de 2018. Quanto as novas normas e interpretações ainda não efetivadas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019, a empresa não adotou essas alterações na elaboração destas demonstrações financeiras e não tem intenção de adotar de forma antecipada.

As presentes Demonstrações Financeiras, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de março de 2019.

A Administração da Companhia, ratifica que todas as informações relevantes das Demonstrações Financeiras, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na sua gestão.

2.1 – Demonstração do valor adicionado - VA

A companhia elaborou a DVA nos termos da Deliberação CVM nº 557/08 e do Pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual, é apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras.

2.2 Demonstração do Resultado Abrangente – DRA

Embora não esteja previsto na Lei 6.404/76, a companhia elaborou a DRA conforme resolução CFC N.º 1.185/09; CPC 26 e CVM 676/11, sendo parte integrante das demonstrações financeiras.

2.3 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, é necessário fazer uso de estimativas com base em premissas que alteram os valores dos ativos e passivos, com reflexos nas receitas e despesas. Essas estimativas correspondem: avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo; vida útil do ativo imobilizado; análise de risco de crédito para determinação provisória para Estimativa de Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa – EPLCD, assim como da avaliação dos demais riscos relacionadas a outras provisões, como contingências pertinentes aos processos judiciais (trabalhistas; cíveis e tributárias). Embora a administração faça uso de avaliações que são revisados periodicamente, os resultados reais poderão divergir dessas estimativas.

2.4 Base de Conversão de Moeda

a) A moeda funcional e a de apresentação

A moeda funcional e a moeda de apresentação da companhia, é o Real (R\$).

b) Transações e saldos monetários

As operações com moedas estrangeiras, são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são mensurados. Variações positivas e negativas cambiais decorrentes da liquidação dessas operações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, oriundas de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas adotadas pela empresa estão descritas a seguir:

3.1 – Aos instrumentos financeiros ativos e certos passivos, como empréstimos, recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, não se aplicam quaisquer ajustes para mensurá-los ao valor justo ou ao valor presente. Não se tem a mensuração do valor de mercado desse instrumento, dado que a intenção da entidade é ter os títulos até o vencimento.

3.1.1 – Caixa e equivalente de caixa compreendem os numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis de curto prazo, com livre movimentação nas operações da empresa.

3.1.2 – As contas a receber estão registradas ao valor original das vendas de produtos e serviços, com perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, julgados suficientes pela administração, conforme Nota 5;

3.1.3 – Ao ativo realizável a longo prazo, não se aplicam a apuração de perdas ou desvalorização;

3.1.4 – Outros créditos estão registrados ao valor original;

3.2 – Os estoques estão registrados ao valor do custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado ou de reposição;

3.3 – O imobilizado está registrado ao custo de aquisição e corrigido monetariamente até dezembro de 1995, sendo considerado o prazo de vida útil e taxa de depreciação dos bens estabelecidos na Instrução Normativa SRF nº 1.700/17. A taxa anual da depreciação, é fixada em função do prazo, durante o qual se possa esperar utilização econômica conforme estabelecido no regulamento do imposto de renda. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens. Para os equipamentos e instalações utilizados diretamente no processo produtivo é utilizado o método das unidades produzidas levando em consideração a vida útil econômica dos bens.

3.3.1 – Quanto aos Pronunciamentos Técnicos CPC 01 e 13, aprovados respectivamente pelas Deliberações CVM nº 639/10 e 565/08 a empresa entende que não há indícios de desvalorização, sendo desnecessária a redução de seu valor contábil, considerando que além dos serviços usuais de manutenção, a empresa iniciou a remodelação tecnológica das principais máquinas e equipamentos do parque industrial. Independentemente deste entendimento, a NUCLEP contratou em dezembro de 2018 através de um processo licitatório, uma empresa especializada em: avaliação patrimonial de bens moveis, serviços de inventário físico com emplaquetamento dos bens, conciliação entre os controles físico e contábil, entre outros. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial, são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como componentes específicos, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses componentes forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, sendo baixados os residuais dos componentes substituídos.

3.3.2 – Conforme nota 25.2 a NUCLEP realizou no ano base de 2000, a reavaliação dos seus bens do ativo imobilizado, o que era permitido na época. Em 2016, iniciou um plano de diretrizes para implementação de avaliação nos ativos fixos da empresa para os próximos anos. A estimativa para 2018 apresentada no plano de negócio da empresa foi realizada, assim como o design e a nova tecnologia para as plaquetas de patrimônio. Para o exercício corrente e o próximo, está assim apresentada:

Plano de Diretrizes do Setor de Contabilidade Patrimonial Executado em 2018
- Contratação/Remanejamento de Pessoal
- Revisão da Implementação do ERP – Módulo do Ativo Fixo
- Integração ERP – Módulo do Ativo Fixo com o SIAFI
- Definição da tecnologia para o Controle de Inventário
- Laudo de Avaliação Patrimonial – Contratação

Plano de Diretrizes do Setor de Contabilidade Patrimonial a Executar Em 2019
- Laudo de Avaliação Patrimonial – Realização
- Confeção de Relatórios do Ativo Fixo via ERP

3.4 – As provisões trabalhistas contingenciais, são mantidas regularmente com encargos sociais e foram estimadas com base na opinião dos nossos advogados;

3.5 – Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos quando da entrada dos recursos líquidos e são apresentados pelo custo, acrescido de atualização monetária e juros proporcionais ao período incorrido, deduzidos dos pagamentos efetuados;

3.6 – A reserva de reavaliação será mantida até a realização total dos ativos que a originaram, por meio de depreciação;

3.7 – As receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade, de modo que esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados, compreendendo o valor das vendas de produtos e serviços, sendo reconhecidas pelo regime de competência.

3.8 – Subvenções, são assistências financeiras governamentais recebidas do Tesouro Nacional, destinadas a investimentos (aquisição de ativos); pagamento de pessoal e custeio, reconhecidas pelo regime de competência nos períodos, ao longo dos quais, a entidade reconhece os custos/despesas.

A subvenção relacionada aos investimentos (aquisição de ativos) é reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem na mesma proporção da depreciação reconhecida no resultado do exercício.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Corresponde à conta única centralizada no Tesouro Nacional, a qual, a empresa está vinculada como usuária do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), onde movimentam os recursos próprios e os recursos provenientes do tesouro nacional estabelecidos no orçamento.

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	2018	2017
Pessoal	28.581	5.775
Custeio – Fonte Tesouro Nacional	5.570	3.078
Custeio – Fonte Própria	11.235	17.678
	45.386	26.531

5 – CONTAS A RECEBER

Do total do Contas a Receber, 60% (sessenta por cento) equivale ao crédito que a empresa tem com a Secretaria do Tesouro Nacional. Este crédito foi constituído com base na portaria nº 1, de 11 de janeiro de 2.010 do Ministério do Planejamento, onde estabeleceu que empresas como a NUCLEP que fazem parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, tenham direito a receber do Tesouro Nacional, recursos financeiros para pagamentos das dívidas judicializadas, transitadas e julgadas. Os 40% (quarenta por cento) restantes, são decorrentes das atividades econômicas da empresa.

	2018	2017
Fatura/Duplicata a Receber - Produtos	24.551	27.244
Fatura/Duplicata a Receber - Prestação de Serviços	3.054	3.148
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.388)	(15.388)
Secretaria do Tesouro Nacional	18.214	17.757
	30.431	32.761

Com relação a provisão para Estimativa de Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa, a empresa utiliza os seguintes critérios:

- As perdas que já possuem uma declaração de insolvência do devedor, mediante sentença emanada pelo poder judiciário;
- Todos os títulos com valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por operação já vencidos há mais de um ano;
- Os títulos com valor superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) vencidos há mais de um ano, mas com procedimentos judiciais para o seu recebimento.

6 – ESTOQUES

São custos de produtos acumulados na elaboração da produção, a serem faturados. O saldo de importações em andamento, refere-se aos custos/despesas de matéria prima e de item de estoque, aguardando a finalização do desembaraço. No tocante ao aspecto quantitativo, a produção em processo representa 82% (oitenta e dois por cento) do estoque total (2017: 73%). Desta forma, os saldos relativos aos estoques estão assim demonstrados:

Produtos em Processo - Circulante	2018	2017
Eletronuclear	12.099	2.307
Itaguaí Construções Navais -CN	1.043	3.630
Centro Tecnológico da Marinha – S.P. -TMSP	59.711	28.907
Outros Projetos	3.504	7.090
Produtos em Processo Total	76.357	41.934
Estoque		
Produtos em Processo - Circulante	76.357	41.934
Matéria Prima	7.955	6.591
Almoxarifado	7.025	8.491
Importação em Andamento	1.169	-
	92.506	57.016
Estoque Total	92.506	57.016

7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

São créditos com IPI; Imposto de Renda; COFINS e ICMS, decorrentes das aquisições de matéria prima e outros insumos, como energia elétrica, depreciação entre outros, utilizados na produção conforme legislação vigente, corrigidos monetariamente pela taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) e passíveis de compensação após o encerramento do ano calendário.

Tributos Federais	2018	2017
IPI	1.254	1.444
Imposto de Renda e C.S.L.L	72	35
COFINS	1.889	1.315
PASEP	407	283
	3.622	3.077
Tributos Estaduais	2018	2017
ICMS	301	278
	301	278
Total de Impostos a Recuperar	3.923	3.355

8 – OUTROS CRÉDITOS

	2018	2017
Adiantamentos a Fornecedores	2.105	2.442
Adiantamentos a Empregados (13 Sal. e Férias)	3.750	4.019
Outras Contas	350	524
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(702)	(720)
	5.503	6.265

9 – CONTAS A RECEBER (NÃO CIRCULANTE)

Do total do Contas a Receber, 94% (noventa e quatro por cento) corresponde ao crédito que a empresa tem com a Secretaria do Tesouro Nacional. Este crédito foi constituído com base na portaria nº 1, de 11 de janeiro de 2.010 do Ministério do Planejamento, onde estabeleceu que empresas como a NUCLEP que fazem parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, tem direito a receber do Tesouro Nacional, recursos financeiros para pagamentos das dívidas judicializadas, transitadas e julgadas, a saber:

Secretaria do Tesouro Nacional:	2018	2017
Nucleos – Instituto de Seguridade Social	198.096	196.401
Reclamações Cíveis	32.085	2.347
Reclamações Trabalhistas	3.644	2.550
TOTAL	233.825	201.298
Plano Médico – coparticipação empregados	12.663	10.877
Duplicatas a Receber -NB	1.289	3.491
	247.777	215.666

10 – DEPÓSITO RECURSAIS

Correspondem a depósitos judiciais vinculados a diversos processos trabalhistas. Por não concordar com as decisões proferidas pela justiça, a NUCLEP se vê na obrigação de recorrer diante da expectativa e da possibilidade de reverter enquanto couber recurso.

11 – CAUÇÕES

São depósitos efetuados conforme estabelecidos em cláusulas contratuais, a serem resgatados após encerramento dos respectivos contratos, a saber:

COMPOSIÇÃO	2018	2017
Eletronuclear	4.630	4.630
Itaguaí Construções Navais -CN	1.937	2.425
Impsa	250	250
	6.817	7.305

12 – INVESTIMENTOS

Valor correspondente aos depósitos compulsórios a favor da Eletrobrás efetuados na década de 80, conforme diversas faturas de cobrança de energia elétrica, convertido em 6.036 ações nominais a favor da NUCLEP.

13 – IMOBILIZADO

Contas	Taxa de Depreciação	2018					2017	
		Saldo Inicial	Adição ao Ativo	Baixa de Ativo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
TERRENOS	-	161.424	-	-	-	161.424	161.424	
ADIANTAMENTOS	-	4.159	(4.159)	-	-	-	-	
INSTALAÇÕES	2%	9.693	-	-	(3.917)	5.776	6.061	
EDIFICAÇÕES	2%	78.874	-	-	(28.109)	50.765	52.520	
EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	4%	138.639	4.528	(11)	(96.392)	46.764	52.576	
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	5%	9.394	3.035	-	(4.088)	8.341	6.238	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10%	2.596	224	-	(1.909)	911	840	
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20%	7.449	443	-	(5.843)	2.049	2.691	
VEÍCULOS	20%	1.418	-	-	(1.282)	136	230	
Total Geral		413.646	4.071	(11)	(141.540)	276.166	282.580	



MINISTERIO DE
MINAS E ENERGIA



13.1 - Instalações NUCLEP – Com base na premissa, de que um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade, fizemos o reconhecimento contábil do terreno, como nosso ativo em 2012. Em seguida, a NUCLEP ajustou o valor contábil do imóvel com base em laudo de avaliações, com a finalidade de corrigir um erro material, fato esse que tornava as Demonstrações Financeiras deficientes em termos de relevância por ter um ativo registrado na contabilidade com o valor menor que o valor justo. Cabe frisar, que juridicamente a titularidade deste terreno onde se encontram as instalações da NUCLEP, está em nome das Indústrias Nucleares do Brasil – INB, sendo que o registro contábil deste imóvel, consta como bem patrimonial nas duas empresas, faltando apenas, a decisão a ser definida de comum acordo entre as empresas e órgãos superiores.

Em 14/09/2018, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC estabeleceu através do aviso nº 371/2018, a reabertura do processo nº 00400.006127/2010-18 que visa a regularização do terreno em que se encontra a fábrica da NUCLEP, o qual, constitui um grupo de trabalho com representantes da NUCLEP, INB, CNEN e MCTIC.

Custo Contábil	1.560	
Ajuste	159.864	
Valor Justo	161.424	

14 – INTANGÍVEL

São transferências tecnológicas que estão em andamento. Correspondem a utilização de *software* relativo ao Enterprise Resource Planning – ERP, que está em fase de implantação pela empresa Benner e de aquisição de 200 licenças de *office standard*.

	2018	2017
Sistema de Governança Corporativo – ERP -ENNER	1.331	982
Softwares – SIEMENS	269	228
Total	1.600	1.210

15 – SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS

São recursos oriundos do Tesouro Nacional, relacionados aos ativos imobilizados que foram adquiridos pela Companhia a partir do exercício de 2008, sendo reconhecidos como receita ao longo do período da vida útil do bem na mesma proporção de sua depreciação, de acordo com a Deliberação CVM nº 646/10 e o Pronunciamento Contábil nº 07 emitido pelo CPC. Os saldos estão apresentados a seguir:

	2018	2017
Aquisições	(44.484)	(40.840)
Receita realizada (acumulada)	6.430	4.585
	(38.054)	(36.255)

16 – FORNECEDORES

Este saldo, é composto de obrigações com empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado; materiais para consumo imediato e serviços, como plano médico; transporte; alimentação e outros.

	2018	2017
No país	32.061	42.227
No exterior	2.280	1.971
Total	34.341	44.198

17 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	2018	2017
Salários e Condições	14.995	-
Férias	35.803	34.757
	50.798	34.757

Salários e Condições

Devido a mudança de procedimento quanto ao pagamento da folha e de outros no tocante a pessoal através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, o Tesouro Nacional investe na busca de melhoria na eficiência da utilização dos recursos, estabelecendo medida em que, os recursos serão transferidos da conta única, no dia subsequente após a emissão da ordem bancária, caracterizando desta forma, o efetivo pagamento da folha e de outros.

Férias

São obrigações apuradas individualmente até a data do encerramento do exercício pela área de recursos humanos, sendo composta de férias vencidas; proporcionais e de encargos sociais sobre as mesmas (INSS, FGTS, Outros).

18 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

São tributos que incidem sobre prestações de serviços e sobre as receitas com vendas entre outros, conforme contrato de comercialização e com recolhimento no prazo do vencimento.

	2018	2017
Tributos Federais		
Imposto de Renda s/ Lucro	-	3.041
C.S.L.L.	-	1.054
INSS	44	68
Diversos Lei 9.430	43	132
	87	4.295

Tributos Estaduais

ICMS	21	-
	108	-

Tributos Municipais

ISS	89	188
IPTU	13	-
	102	188

Total dos Impostos a Recolher

	2018	2017
	210	4.483

19 - OBRIGAÇÕES COM CLIENTES

Compreende os valores recebidos por conta de eventos contratuais de fabricação e a receita é reconhecida na proporção em que os eventos físicos de cada contrato são concluídos. Estão divididos em circulante e não circulante.

	2018		2017	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Centro Tecnológico da Marinha em SP -TMSP	7.342	-	7.029	-
Indústrias Nucleares do Brasil - INB	-	1.033	-	1.033
Eletrobrás Termonuclear S/A - Eletronuclear	382	-	1.032	-
Itaguaí Construções Navais – ICN	2.462	-	-	-
	10.186	1.033	8.061	1.033

20 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Correspondem as consignações efetuadas na folha de pagamento dos empregados, inerentes a coparticipação de benefícios concedidos pela empresa, como refeição, assistência médica e outros para serem repassados para diversos credores. Em função da mudança de metodologia e do sistema de processamento relativos a assistência médica, diversos processos de cobrança foram gerados além do prazo inicialmente previstos no decorrer do exercício.

	2018	2017
Assistência Médica	4.124	727
Retenções – Empréstimos e Financiamentos	1.350	138
Retenções – NUCLEOS	899	-
Entidades Representativas de Classe	116	48
Outros	214	-
Total	6.703	913

21 – RECEITA DE SUBVENÇÃO A REALIZAR

São recursos financeiros recebidos do Tesouro Nacional, em forma de subvenção para cobrir custos/despesas que ainda não incorreram. De acordo com a deliberação CVM nº 646/10 e CPC 07 e considerando que a receita de subvenção, deve ser confrontada com as despesas que se pretende compensar, reclassificamos o excesso recebido para receita de subvenção a realizar. A subvenção do não circulante foram destinadas para custear aos contratos de construção de longo prazo, os quais, encontram-se em andamento.

	2018		2017	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Pessoal e Benefícios	10.634	24.609	-	-
Produção em andamento	-	62.729	-	69.575
	10.634	87.338	-	69.575

22 – EMPRÉSTIMOS INB

Concedido pela INB - Indústrias Nucleares do Brasil S/A em 09 de dezembro de 1992, remunerado pela TR e acrescido de juros de 12% a.a., sendo que a quitação deveria ser efetuada mediante pagamento através de prestação de serviços técnicos até 31 de dezembro de 1997 e o saldo remanescente atualizado no montante de R\$ 31.198 mil (2017: R\$ 27.812 mil) deveria ser quitado em 8 (oito) prestações mensais sucessivas até 31 de agosto de 1.998. Como não houve recursos financeiros para quitação desta dívida, as empresas estão negociando uma nova proposta de pagamento.

23 – PREVIDÊNCIA PRIVADA - NUCLEOS

DÍVIDA CONSOLIDADA	2018	2017
Circulante	18.214	17.757
Não Circulante	198.096	196.401
	216.310	214.158

A NUCLEP e o NUCLEOS firmaram em 21/11/2007 Termo de Transação, no valor de R\$ 120.111 mil, atualizado até 31/10/2007, homologado em juízo, consolidando as dívidas existentes, em conformidade com laudo pericial no âmbito do processo nº 2002.001.153437-3, junto da 30ª Vara Civil do Rio de Janeiro.

Este laudo pericial que serviu de base ao Termo de Transação, reduziu a dívida em R\$ 112.813 mil na data-base de 31/12/2006.

Em 17/12/2007, foi realizado perante a 11ª Câmara Cível, o julgamento da apelação nº 2007.001.65700, interposta pela NUCLEP sobre o restante da dívida no valor de R\$ 112.813 mil.

Em 02/12/2014, o Supremo Tribunal de Justiça – STJ negou provimento ao recurso interposto pelo NUCLEOS (Agravo 222.312-RJ) e, conseqüentemente, manteve a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ favorável à NUCLEP.

Em 19/11/2015, o Supremo Tribunal Federal – STF negou provimento ao Recurso interposto pelo NUCLEOS e manteve a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ favorável à NUCLEP. Houve o trânsito em julgado da decisão. Os autos foram encaminhados ao TJRJ em 27/11/2015.

O Termo de Transação já citado veio estabelecer novas condições de pagamento, quais sejam: 360 parcelas mensais, juros de 6% ao ano e atualização monetária pela variação do INPC e carência de 24 meses, determinando o pagamento da 1ª parcela em 02/12/2009.

24 – PROVISÕES: ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

24.1 Ativos Contingentes:

Não são reconhecidos contabilmente, exceto se a administração possuir total controle da situação ou quando houver garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais, não couber mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os ativos contingentes, tem como base, os relatórios emitidos por consultores jurídicos da empresa e as normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC nº. 25, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Comissão de Valores Mobiliários – CVM (Deliberação CVM nº 594/09), cuja expectativa de êxito é considerada como certa. Dos principais processos em tramitação, consta o processo movido contra a TMC – Terminal Multimodal de Coroa Grande SPE S/A (vide N. Ex. 33). Os processos elencados abaixo individualizados, correspondem a 76% (setenta e seis por cento) e os diversos processos, 24% (vinte e quatro por cento) de um total de 18 (dezoito) processos, conforme segue:

Ações Cíveis	
Processos:	2018
0183762-55.2016.8.19.0001	12.721
0110224-85.2009.8.19.0001	2.225
0188870-65.2016.8.19.0001	2.082
Demais Processos	5.214
Total	22.242

24.2 Passivos Contingentes:

A empresa mantém provisões em função de processos trabalhistas e cíveis, objetivando demonstrar prováveis perdas nas causas judiciais que poderão ser decididos contra a NUCLEP. Foram constituídas com base nos relatórios emitidos por consultores jurídicos da empresa e de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 25, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Comissão de Valores Mobiliários – CVM (Deliberação CVM nº 594/09). Dentre as ações de reclamações trabalhistas, constam diversos processos movidos pelos empregados da NUCLEP que, requerem a retroatividade das perdas do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR que foi implantado sem efeito retroativo. A quitação das sentenças trabalhistas e cíveis, são feitas com aportes do Tesouro Nacional, inseridos no Orçamento da Secretaria de Orçamento Federal – SOF, conforme portaria nº. 1, de 11/01/2010.

Ações trabalhistas:

Os processos elencados abaixo individualizados, correspondem a 42% (quarenta e dois por cento) e o restante, 58% (cinquenta e oito por cento) de um total de 65 (sessenta e cinco) processos, conforme segue:

Processos:	2018
0100802.96.2018.5.01.0462	563
0100697.25.2018.5.01.0461	331
0007800.87.2008.5.01.0461	305
0101761.07.2017.5.01.0461	201
0080800.36.2007.5.01.0060	138
Diversos Processos	2.107
Total de Ações Trabalhistas	3.645

Ações Cíveis:

Os processos elencados abaixo individualizados, correspondem a 93% (noventa e três por cento) e o restante, 7% (sete por cento) de um total de 28 (vinte e oito) processos, conforme segue:

Processos:	2018
0222227-84.2016.3.00.0000	23.500
0007218-12.2017.8.19.0024	5.825
0010421-21.2013.8.19.0024	516
Diversos Processos	2.243
Total de Ações Cíveis	32.084
Total dos Passivos Contingentes	35.729

As contingências classificadas como possíveis, não são reconhecidas contabilmente e estão assim representadas:

	2018	2017
Ações trabalhistas	57.333	30.817
Ações cíveis	4.925	6.769
	62.258	37.586

25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2018	2017
Capital Autorizado	183.524	183.524
Capital a integralizar	(122.314)	(122.314)
Capital Subscrito e Integralizado	61.210	61.210
Reserva de Reavaliação	36.863	41.582
Ajuste de Avaliação Patrimonial	159.864	159.864
Prejuízos Acumulados	(59.809)	(66.609)
Total	198.128	196.047

25.1 – Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, é de R\$ 61.210.000,00 (sessenta e um milhões e duzentos e dez mil) dividido em ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma. Em 18/03/94, através da 47ª. AGO, o Conselho de Administração aprovou limite de aumento em até 183.523.810 (cento e oitenta e três milhões, quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e dez) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

O capital social subscrito e integralizado, possui a seguinte composição:

	2018	2017
- Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN	99,9995%	61.209.9995
- Outros (Pessoas Físicas)	0,0005%	5
	100,0000%	61.210.000

25.2 – Reserva de Reavaliação

No ano base de 2.000, foi efetuada a reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado, cujo saldo, é de R\$ 36.863 mil (2017: R\$ 41.582). Neste exercício, foram realizadas baixas no montante de R\$ 4.719 mil (2017: R\$ 4.724 mil).

	2018	2017
Instalações	159	159
Edifícios	1.258	1.258
Terminal Marítimo	81	81
Acesso ao Terminal Marítimo	32	32
Máquinas e Equipamentos industriais	3.189	3.194
	4.719	4.724

26 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

– Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços

Da receita bruta de vendas de produtos e serviços, 75% (setenta e cinco por cento) compreende a receita reconhecida no exercício referente ao contrato de fornecimento nº. 20/10 firmado com a empresa ICN-Itaguaí Construções Navais (subseções do casco do submarino); 3% (três por cento) referente aos contratos 009/09 e 006/10 firmados com a Eletronuclear (acumuladores e condensadores) e 18% (dezoito por cento) inerentes ao contrato com CTMSP (vazo de pressão, geradores de vapor e labgene).

	2018	2017
ICN	9.843	30.085
Eletronuclear	436	3.497
CTMSP	2.407	3.991
Outros	350	2.232
Total da Receita Operacional Bruta	13.036	39.805

– Recursos Orçamentários do Tesouro Nacional

São suportes financeiros recebidos em forma de subvenção, destinados a manutenção da empresa. Tem como objetivo, fazer face as despesas com pessoal, parte dos custos operacionais e aos investimentos. São contabilizados conforme estabelece a norma contábil deliberada pela CVM nº 646/10 e o Pronunciamento CPC 07, ou seja, como receita de subvenção no mesmo período de reconhecimento das despesas a que estão associadas.

Os recursos recebidos para investimentos, são demonstrados em conta redutora do Ativo Não Circulante e reconhecidos no resultado na mesma proporção da depreciação ou baixa do bem correspondente.

	2018	2017
Pessoal	285.814	309.917
Custeio	64.013	68.033
Investimentos	6.430	4.585
Total dos Recursos Orçamentários do Tesouro Nacional	356.257	382.535
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	369.293	422.340

– Consolidação da Receita Operacional Bruta

	2018	2017
Receita Operacional Bruta	369.293	422.340
(-) Impostos, Contribuições e outras deduções sobre vendas	(6.431)	(5.453)
Receita Operacional Líquida	362.862	416.887

27 - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS

A NUCLEP por ser uma empresa dependente financeiramente do Tesouro Nacional, mantem parte das suas aquisições dos seus insumos de produção, com recursos recebidos em forma de subvenção e o restante com recursos próprios decorrentes de suas atividades operacionais. Insumos como Mão de Obra; Transporte e Alimentação, são 100% (cem por cento) adquiridos com recursos subvencionados e o restante apenas parte. A seguir, discriminamos os principais insumos apropriados como Custos dos Produtos e Serviços Vendidos:

	2018	2017
Mão de obra	46.385 → 93,7%	84.595 → 70,3%
Material	472	21.530
Serviços	70	8.393
Transporte	1.499 → 6,3%	2.849 → 29,7%
Alimentação	949	2.561
Depreciação	137	437
	49.512	120.365
	100,0%	100,0%

28 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

São os custos que incorrem com as áreas da Presidência; Conselhos de Administração e Fiscal; Diretorias Administrativa e Comercial, a saber:

	2018	2017
Pessoal	(118.183) → 67%	(76.843) → 44,1%
Depreciação	(5.982)	(9.368)
Serviços e Materiais	(33.481) → 33%	(80.183) → 55,9%
Outros	(18.949)	(4.898)
	(176.595)	(171.292)
	100%	100%

29 – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A.
CNPJ Nº 42.515.882/0001-78

MINISTERIO DE
MINAS E ENERGIA



Em 31 de dezembro a população vinculada ao programa era a seguinte, comparada com o exercício anterior:

DADOS POPULACIONAIS	2018	2017
	Plano BD	Plano BD
1. Participantes Ativos		
1.1. Número de empregados vinculados ao plano	818	865
1.2. Idade Média (anos)	48,86	40,73
1.3. Serviço Creditado (total)	13,89	14,14
1.4. Tempo Médio de Serviço Futuro (Aposentadoria)	14,41	17,79
1.5. Valor do Salário Médio (R\$)	11.409,88	11.138,81
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados por contribuição, idade e especial	245	200
2.2. Idade Média (anos)	65,09	64,77
2.3. Benefício Médio (R\$)	6.858,60	5.907,40
3. Pensionistas		
3.1. Número de participantes pensionistas	51	51
3.2. Idade Média (anos)	63,64	61,95
3.3. Benefício Médio em R\$	2.979,08	2.307,06
População Total	1.114	1.116

Ao adotar os procedimentos contábeis recomendados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, essa especialmente pela Deliberação CVM nº 695/2012 e CPC 33, a NUCLEP procedeu à avaliação atuarial independente das obrigações decorrentes desse programa de benefício pós-emprego, através da empresa ASSISTANTS LTDA – Registro CIBA nº 068, cujos resultados são abaixo expostos.

A avaliação independente é baseada no regime de capitalização sob o método da Unidade de Crédito Projetada e pode diferir daquela que é periodicamente realizada pela administração do programa, cujas bases seguem a legislação setorial específica da previdência complementar.

Em 31 de dezembro, a avaliação independente revelou os seguintes resultados:

ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES	2018	2017
Valor presente da obrigação atuarial no Início do Exercício	654.798	493.148
Custo dos Juros	60.241	51.331
Custo do Serviço Corrente	-	14.431
Benefícios Pagos pelo plano	(22.404)	(16.889)
Remunerações de Ganhos/(Perdas) Atuariais	(147.925)	112.777
Valor presente da obrigação atuarial no final do Exercício	544.710	654.798
ALTERAÇÕES NOS ATIVOS FINANCEIROS		
Valor Justo dos Ativos no Início do Exercício	663.485	541.255

Receitas de Juros	62.197	57.682
Contribuições do Patrocinador	10.644	13.560
Contribuições dos Participantes	10.588	9.440
Benefícios Pagos pelo plano	(22.404)	(16.889)
Contribuições patronais extraordinárias	2.728	-
Ganhos/(Perdas) Atuariais sobre os ativos do plano	66.948	58.437
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	794.186	663.485
ESTADO DE COBERTURA NO FINAL DO EXERCÍCIO	249.476	8.687

A NUCLEP subscreveu um contrato de confissão de dívida junto ao NUCLEOS para garantir a reposição de aportes vencidos. A Companhia optou pelo registro contábil desse contrato cujo saldo, em 31/12/2018, é de R\$ 216.310 (nota 23).

32 – COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas que possam impactar em prejuízos ao patrimônio da NUCLEP. As coberturas estão assim distribuídas:

Seguro	Riscos Cobertos	Cobertura R\$
Estoque e Imobilizado	Incêndios e riscos diversos	125.981.991,96
Diretores e conselheiros	Responsabilidade civil	10.000.000,00
Veículos	Colisão, incêndio, roubo, danos materiais	100% tabela FIPE
Viagem/Permanência de funcionários a serviço no exterior	Responsabilidade civil	3.000.000,00
Seguro Incêndio – Escritório Rio	Incêndio, Raio, Explosão	993.845,00
Riscos Nomeados – Patrimoniais	Implosão e Danos Elétricos	8.500.000,00
Terminal Portuário	Funcionários	1.034
Seguro de vida em grupo		

33 – CONTRATO DE ARRENDAMENTO

Em 16 de dezembro de 1997 a NUCLEP firmou o contrato C-291/AB-001 para arrendamento do Terminal Marítimo e parte das instalações de sua propriedade, com a empresa TMC - Terminal Multimodal de Coroa Grande SPE S/A, para administração, exploração e operação do Terminal Portuário. Durante a evolução do contrato, alguns investimentos que estavam previstos não foram realizados e a TMC deixou de honrar parte dos compromissos financeiros contratuais.

Na tentativa de não denunciar o contrato, a NUCLEP pactuou 5 (cinco) aditamentos com o objetivo de viabilizar o saldo a receber e consequentemente refazer o plano de recebimento incluindo as novas obrigações assumidas pelo arrendatário. Entretanto, a TMC continuou inadimplente, levando a NUCLEP em 29 de setembro de 2004 a ingressar em juízo com Ação de Cobrança cumulada com pedidos de rescisão contratual e reintegração de posse do terminal portuário.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A - NUCLEP

CNPJ Nº 42.515.882/0001-78

Itaguaí (RJ)

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A - NUCLEP que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A - NUCLEP, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A - NUCLEP, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

- A companhia está operando com margem negativa, sendo que seus custos representam mais de 350% de suas receitas efetivas de venda.
- A ineficiência operacional (custos fabris não alocados à produção) da companhia representa mais de 1.000% de suas receitas efetivas de venda.
- A companhia não efetua testes de recuperabilidade de seus ativos ("impairment"). Em meados de janeiro/2019, a empresa estava em processo de avaliação para efeitos de *impairment* e é esperado que o trabalho esteja pronto no decorrer de 2019.
- Vale pontuar que a empresa explicitou na nota explicativa nº 3.3.1, que entende não haver indícios de desvalorização, sendo desnecessária a redução de seu valor contábil. A norma contábil, no entanto, demanda a emissão de um documento (laudo) ou de firma especializada ou de equipe multidisciplinar interna especificando não haver itens registrados na contabilidade com valores acima do seu valor de mercado ou de recuperação.
- O terreno onde se encontram as instalações da NUCLEP está registrado tanto na contabilidade da NUCLEP quanto da INB, criando uma duplicação de registro no SIAFI. Existe um documento sob o registro nº 371/2018, o qual contempla a reabertura do processo que visa a regularização do bem imóvel objeto da duplicidade de registros, abrangendo os representantes das empresas NUCLEP, INB, CNEM e MCTIC.
- A companhia tem débitos com fornecedores no exterior, desde o ano de 2005, sem que tenha havido iniciativas de pagamento por parte da NUCLEP.
- A companhia tem registrado, em sua contabilidade, dois créditos a receber por erro administrativo cometido por funcionários da época. Atualmente um funcionário envolvido está desligado da companhia, enquanto uma funcionária, também envolvida ainda continua com vínculo com a companhia. Esse crédito está judicializado, porém ainda não foi provisionado, apesar da incerteza do seu recebimento.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Finalmente, em 27 de março de 2009, após o trânsito em julgado da sentença proferida no juízo arbitral, a NUCLEP ganhou a reintegração de posse do terminal e da área retroportuária, mas, quanto à dívida, teve que ingressar com ação de Execução de Títulos Extrajudiciais, distribuída na 36ª Vara Cível da Comarca de Capital – RJ, aguardando decisão.

A NUCLEP considera remota a possibilidade de recebimento do montante da dívida, e tem optado em manter registrado contabilmente em contas de compensação o valor de R\$ 259.225 mil que corresponde ao total da dívida corrigida e acumulada conforme parecer jurídico.

34 – PREJUÍZOS FISCAIS E BASES NEGATIVAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia possui prejuízos fiscais e consequentemente bases negativas de contribuição social, que geram créditos fiscais e não se encontram refletidos nas demonstrações contábeis, e representam um ativo fiscal diferido, que serão compensados com lucros tributários gerados pelas operações futuras, demonstrados a seguir:

	2018	2017
Imposto de Renda	(103.439)	(116.333)
Contribuição Social	(115.650)	(128.081)

35 – PRINCIPAIS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, envolvendo operações de empréstimos e financiamentos e contratos para fabricação de bens. As transações são realizadas de acordo com os padrões de mercado.

	Tesouro Nacional	Marinha do Brasil	INB	ELETRO NUCLEAR	NUCLEOS	TOTAL
Saldo em 2017	219.055	(21.900)	(26.914)	(13.291)	(214.158)	(57.208)
Ativo						
Contas a receber	252.039	-	(1.290)	906	-	(254.235)
Passivo						
Contas a pagar	-	(52.720)	33.791	13.770	(216.310)	316.591
Saldo líquido em 2018	252.039	(52.720)	(32.501)	(12.864)	(216.310)	(62.356)

36 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga aos empregados e administradores, no mês de dezembro de 2018, foi de R\$ 33.763,00 (Trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais) e R\$ 2.086,96 (Dois mil, oitenta e seis reais e noventa e seis centavos).

O maior honorário atribuído aos administradores tomando por base o mês de dezembro de 2018, segundo as normas estabelecidas pelo CGPAR nº 3/2010, incluído na demonstração de resultado como despesas administrativas, foi de R\$ 33.763,00 (Trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais).

37 – CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia.

38 – EVENTOS SUBSEQUENTES

38.1 – A Empresa implantou, a partir do ano de 2018, um programa de desligamento de empregados, denominado Programa de Apoio à Aposentadoria (PAA), com a finalidade estimada em atingir um público elegível de 129 (cento e vinte e nove) empregados aposentados e em condições de se aposentar. Esta expectativa foi superada em 26 (vinte e seis) empregados totalizando um total de 155 (Cento e cinquenta e cinco) adesões ao programa, sendo que deste total, 36 (Trinta e seis) empregados a um custo de R\$ 7.548 Mi (Sete milhões, quinhentos e quarenta e oito mil reais) para o corrente exercício, e o restante, (119 funcionários) para o próximo exercício a um custo estimado de R\$ 26.860 Mi (Vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta mil reais). Considerando que estas vagas não serão preenchidas imediatamente, estima-se uma redução de custos para os próximos exercícios de R\$ 108 Mi (Cento e oito milhões) ao ano. O referido estudo foi submetido ao Conselho de Administração da empresa e aprovado durante a reunião conforme Ata nº 108 de 26/02/2018.

38.2 – A Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – NUCLEP, através de Atos do Poder Executivo – Medida Provisória nº 870 de 19 de janeiro de 2019, o qual, estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, deixa de estar subordinada ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação – MCTIC e passa a ser subordinada ao Ministério de Minas e Energia -ME.

38.3 – Com base em decisão conjunta dos presidentes das patrocinadoras, a diretoria do Instituto de Previdência Complementar – NUCLEOS, constituiu um grupo de trabalho com o intuito de definir e implementar um plano de ação visando a abertura dos novos planos de contribuição definida (CD) e, concomitantemente, promover o fechamento do atual plano básico de benefícios (BD). Esse grupo de trabalho será coordenado pelo instituto com a participação de representantes das patrocinadoras.

CARLOS HENRIQUE SILVA SEIXAS
Presidente
CPF 507.580.717-87

NICOLA MITRO NETO
Diretor Comercial
CPF 141.248.308-58

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
Gerente Geral de Planejamento e Finanças
CPF 491.885.187-87

OSCAR MOREIRA DA SILVA FILHO
Diretor Administrativo
CPF 730.465.237-34

WALLACE AFFONSO ALVES
Diretor Industrial
CPF 024.273.207-69

CLEZIO DOS SANTOS OLIVEIRA
Contador - CRC-RJ 044.218/O-0
CPF 414.363.777-49

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Assunto: Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2018

O Conselho Fiscal da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – NUCLEP, em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 11 do Regimento do Conselho Fiscal da Empresa, combinado com o art. 163, incisos II e VII da lei nº 6.404/76, procedeu ao exame do Relatório de Administração, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e, tomando por base a manifestação dos auditores independentes AGUIAR FERES AUDITORES INDEPENDENTES S/S, de 28 de fevereiro de 2019 e a manifestação do Comitê de Auditoria – COAUD, de 27 de março de 2019, é da opinião que os referidos documentos apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da empresa.

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2019

SERGIO ALONSO DA COSTA
Presidente do Conselho

ALFONSO ORLANDI NETO
Conselheiro

ENGELS AUGUSTO MUNIZ
Conselheiro

O Conselho Fiscal, por unanimidade, nada tem a opor à divulgação do Relatório de Administração e das referidas Demonstrações Financeiras, ressaltando que: (i) não foi concluído o processo de avaliação para os efeitos de *impairment*, que segundo o Parecer da Auditoria Independente, está previsto para 2019; (ii) o terreno onde se encontram as instalações da NUCLEP está registrado tanto na contabilidade da Empresa quanto da Indústrias Nucleares do Brasil - INB, fato que gera incerteza quanto à dimensão do seu patrimônio líquido; (iii) não houve manifestação do Controle Interno quanto às demonstrações financeiras, embora solicitado por esse Conselho Fiscal.



MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA



BALANÇO SOCIAL - INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

I. INTRODUÇÃO

A NUCLEP mantém uma política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – SMS e visa a certificação da ISO 14001:2015. Em 2018, reestruturou o Comitê de Logística Sustentável para implantação do Plano de Logística Sustentável – PLS (portaria P-511-a/2018) e manteve a Comissão de Coleta Seletiva Solidária para a adoção da economia solidária na instituição. Além disso, participa formalmente da Rede de Sustentabilidade da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro e da Comissão do Plano de Área da Baía de Sepetiba (CABS), de forma a garantir a conformidade do Plano de Área da Baía de Sepetiba (PABS) com o Plano Nacional de Contingência (PNC). Em novembro/2018 foi eleito como membro titular do Comitê Guandu, biênio fev/2019 a fev/2021. A NUCLEP, em janeiro de 2018, passou a ser membro do Plano de Apoio Mútuo da Costa Verde – PAM.

A NUCLEP recebe desde 2012 o selo de Empresa Cidadã pela apresentação de suas informações ambientais, contábeis e sociais, destacando seu compromisso não só com o desenvolvimento das atividades econômicas, mas também da sociedade ao redor.

II. A POLÍTICA DE SMS E O SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL (SGA) DA NUCLEP

Como desdobramento da política de SMS, a NUCLEP mantém um SGA que tem como objetivo a redução de riscos e impactos ambientais, com a minimização de custos com passivos ambientais e desperdícios. O comprometimento com a educação ambiental continuada é uma de suas diretrizes e, em 2018, foram realizados Diálogos diários de SMS, palestras, eventos, feiras, exposições, simpósios e congressos para sensibilização interna e externa, atingindo 3047 pessoas em eventos internos e 413 em eventos externos.

Em junho de 2018, o Bosque Ecológico da NUCLEP completou 10 anos, localizado numa área de 12,6 mil m², conta com 933 indivíduos, compostos por 54 espécies (38 nativas e 16 exóticas). Serve como local para sensibilização de funcionários e visitantes, de oferecer moradia, abrigo e fonte de alimento para fauna, contribuindo para proteção do solo, para a qualidade do ar, proteção contra incêndios e redução da poluição sonora.

Além disso a empresa mantém uma composteira, viveiro e uma horta orgânica para os funcionários da área verde. Em setembro de 2018, o Serviço Social da NUCLEP realizou a 5ª edição do Programa Nascer Feliz, destinados aos funcionários e cônjuges da empresa com o objetivo de repassar conhecimento aos futuros pais sobre o período gestacional. Em dezembro/2018, a NUCLEP concluiu a 8ª turma do curso de Brigadista Ambiental, habilitando 23 novos colaboradores a atuarem em casos de vazamentos de óleo no mar, de forma a atender o Plano de Emergência Individual (PEI) da NUCLEP.

Em 10/12/2018, a NUCLEP iniciou a segunda campanha do projeto Aprendiz Solidário, coordenado pelo Centro de Treinamento Técnico - ITT, com o objetivo de conscientizar os aprendizes e funcionários da empresa a respeito do seu papel social. Foram realizadas doações de alimentos não perecíveis, produtos de higiene pessoal e materiais de limpeza, beneficiando três instituições: Lar Dona Maria, Lar Maria de Lourdes e Angel Lar Geriátrico. A NUCLEP, desde 11/01/2018, passou a adotar a fonte ecológica Sprang Eco Sans para impressão de documentos em toda a empresa. A decisão considera a economia no consumo de cartuchos e tonners das impressoras. Em 13/04/2018, os veículos movidos a Diesel pela NUCLEP e de suas terceirizadas receberam o selo verde de qualidade ambiental, no que se refere ao controle de emissões dos gases poluentes, atendendo às exigências do INEA. Com relação às contratações realizadas, a NUCLEP elaborou um manual, com orientações para adoção de critérios ambientais e de sustentabilidade para inclusão em processos de aquisição de bens, produtos e serviços pela área de Suprimentos, conforme Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

III. INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL

Os indicadores de Desempenho Ambiental da NUCLEP são acompanhados, de forma a estimular a minimização do desperdício de recursos e para a melhoria do desempenho ambiental da empresa e são gerados Boletins mensais e anuais que são publicados para acompanhamento pelos funcionários.

IV - A COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA - Decreto 5.940/2006:

Desde 2008, a NUCLEP realiza doação de resíduos recicláveis para cooperativas. Em 2018, vigoraram os seguintes termos de compromisso: I - TERMO DE COMPROMISSO Nº 002/2017 com a Cooperativa COOPAMA - COOPERATIVA POPULAR AMIGOS DO MEIO AMBIENTE LTDA - CNPJ: 06.698.644/0001-81, vigência: 28/09/2017 a 27/03/2018; II - TERMO DE COMPROMISSO Nº 001/2018 com a Cooperativa COOPERCOLÓGICA - CNPJ: 21.313.909/0001-70, Vigência: 28/03/2018 a 27/09/2018; III - TERMO DE COMPROMISSO Nº 002/2018 com a Cooperativa NOVA ERA - Cooperativa de trabalho de Catadores Nova Era de material reciclável - CNPJ: 21.227.852/0001-96, Vigência: 28/09/2018 a 27/03/2019;

A NUCLEP em 2018 doou às cooperativas 113,11 t de resíduos recicláveis, o que além de diminuir os danos ambientais, contribui socialmente para inclusão e sobrevivência dos trabalhadores de baixa renda. 815 cooperados foram atendidos pelo Programa de Coleta Seletiva desde sua implantação.

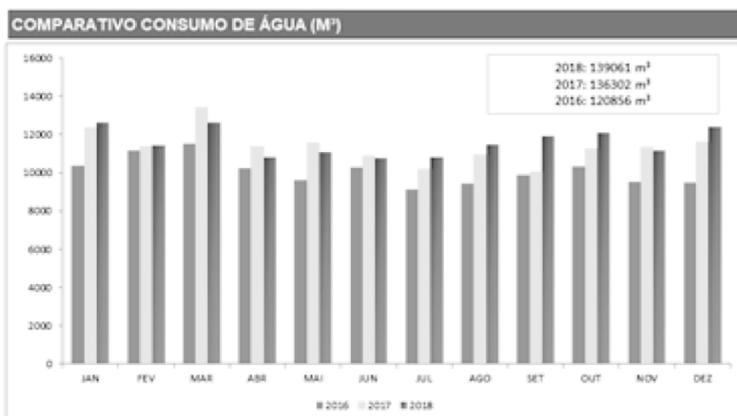
O Programa Seu Óleo Usado Vira sabão, no período de 2010 a 2018, permitiu a reciclagem de 891 litros de óleo vegetal usado, tendo sido doados aos funcionários 127 unidades de sabão. Além disso, é gerado um certificado de Colaborador Consciente informando ao funcionário com a quantidade de óleo que ele reciclou e para onde foi destinado.

Boletim Anual de Meio Ambiente - Itaguaí/RJ

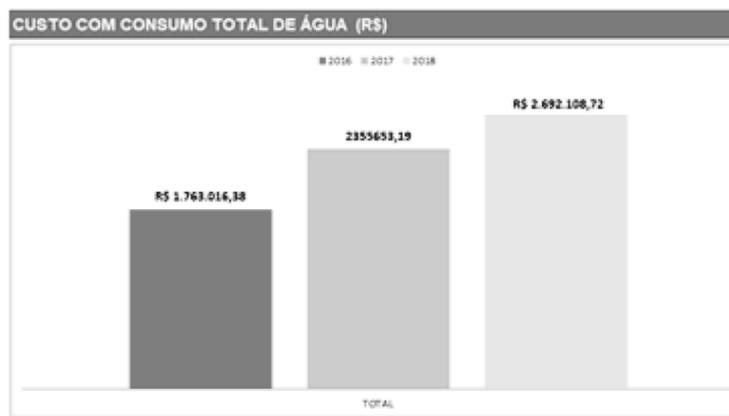
Ref.: 2018

INDICADOR	PREOCUPA?		
	X	SIM	NÃO
COMPARATIVO CONSUMO DE ÁGUA	X	SIM	NÃO
CONSUMO DE ENERGIA	X	SIM	NÃO
EFICIÊNCIA DE REMOÇÃO DA ETE	X	SIM	NÃO
STATUS DAS LICENÇAS AMBIENTAIS DA NUCLEP	X	SIM	NÃO

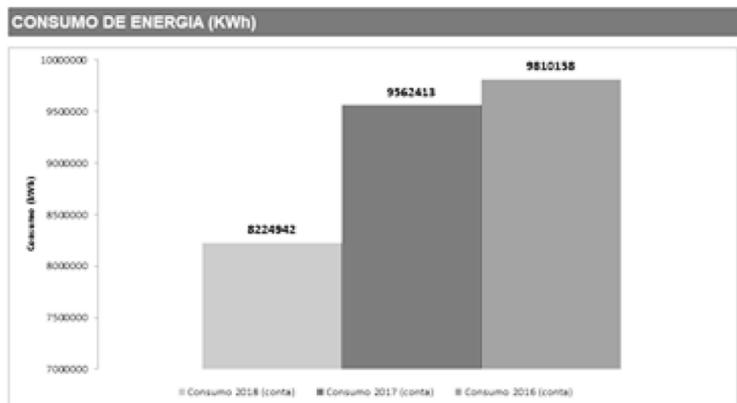
INDICADOR	PREOCUPA?		
	X	SIM	NÃO
CUSTO COM CONSUMO DE ÁGUA DA CEDAE	X	SIM	NÃO
CUSTO COM ENERGIA	X	SIM	NÃO
QUANTITATIVO DE NOTIFICAÇÕES RECEBIDAS	X	SIM	NÃO
ATENDIMENTO A NOTIFICAÇÕES	X	SIM	NÃO



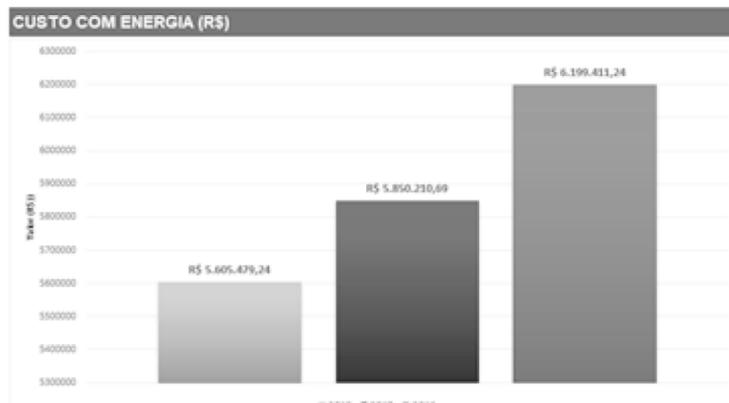
Comentários: Observa-se aumento de 2% no consumo de água.



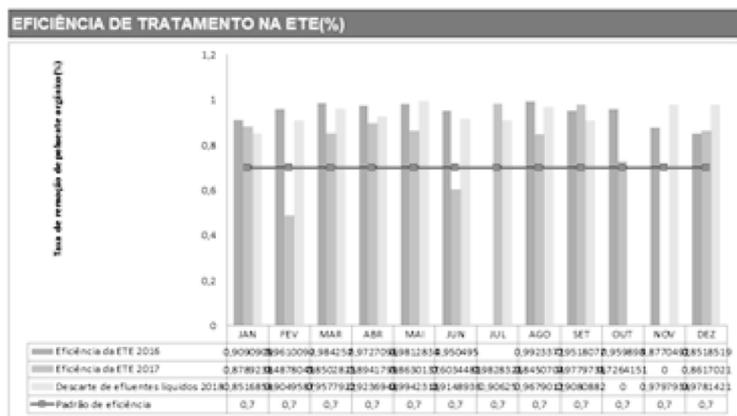
Comentários: Observa-se aumento de 14% nos custos com consumo de água.



Comentários: Redução de 2017 para 2018 de 14%.

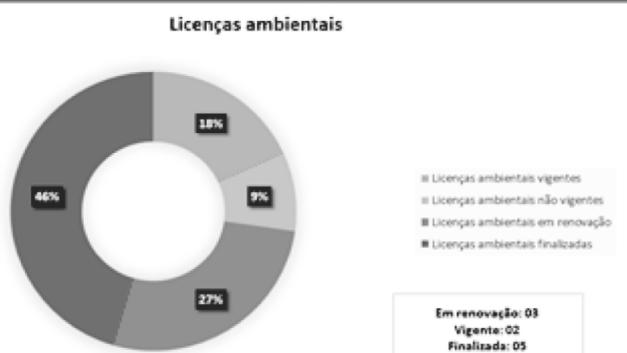


Comentários: Houve redução de gasto de energia em 4,18%, com relação ao ano de 2017.



Comentários: Durante o ano de 2018 a eficiência do tratamento de efluentes se manteve acima do padrão estabelecido pelo órgão ambiental, exceto no mês de outubro onde não foram realizadas análises.

STATUS DAS LICENÇAS AMBIENTAIS DA NUCLEP (%)



Comentários: Em renovação no INEA, a Licença de Operação, Outorga do Uso da Água de Poços e a Licença do Terminal Portuário.



Comentários: A maior parte das notificações recebidas são inerentes ao processo de renovação da LO da Nuclep.

ATENDIMENTO A NOTIFICAÇÕES (%)



Comentários: Dentre as 05 notificações pendentes, estão em andamento o cumprimento.



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A.
CNPJ Nº 42.515.882/0001-78

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

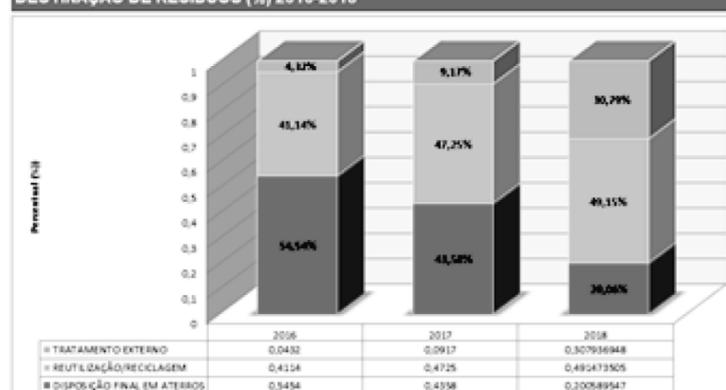


Boletim Anual de Meio Ambiente - Itaguaí/RJ

Ref.: 2018

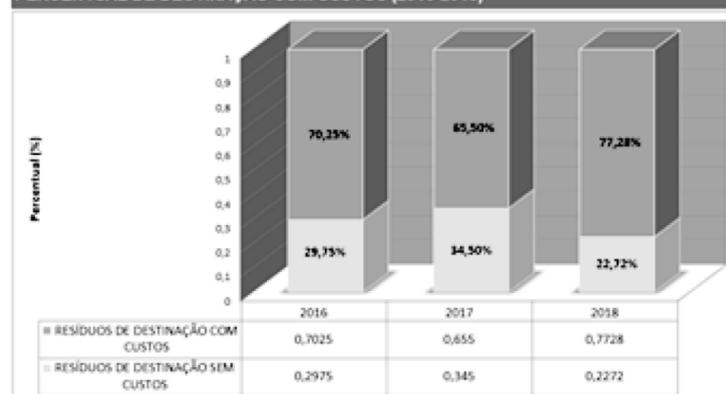
INDICADOR	PREOCUPA?		
	SIM	X	NÃO
DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS		X	NÃO
PERCENTUAL DE DESTINAÇÃO COM CUSTOS	SIM	X	NÃO
GERAÇÃO DE RESÍDUO ORGÂNICO	SIM	X	NÃO
CUSTO COM RESÍDUOS	X	SIM	NÃO

DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS (%) 2016-2018



Comentários: Houve uma diminuição de 17% de resíduos encaminhados à reciclagem, aumentando a destinação final em aterros com relação à 2017. Isso se deve à madeira ter sido encaminhada à aterro, devido à mudança de contrato. Antes a madeira era encaminhada para cerâmicas.

PERCENTUAL DE DESTINAÇÃO COM CUSTOS (2016-2018)



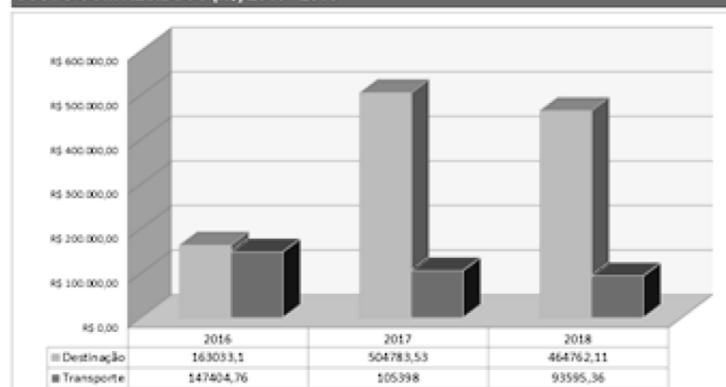
Comentários: No ano de 2018, a madeira deixou de ser enviada para fornos de cerâmica e passou a ser destinada em aterros. Por tal motivo, houve redução do percentual de destinação sem custos. Está sendo avaliada a possibilidade contratual para doação para fornos de cerâmica.

GERAÇÃO DE RESÍDUO ORGÂNICO 2016-2018 (T)



Comentários: Em 2018 a quantidade de resíduos orgânicos se manteve no mesmo patamar de 2017, não havendo redução efetiva de geração de resíduos orgânicos.

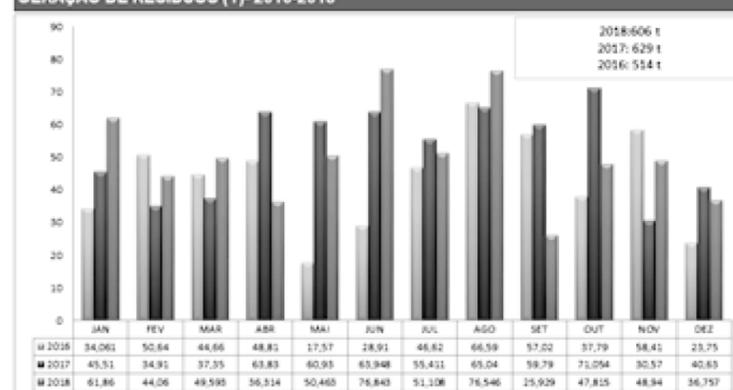
CUSTO COM RESÍDUOS (R\$) 2016 - 2018



Comentários: Em 2018, houve redução de 8,5% com os gastos relativos ao manejo de resíduos.

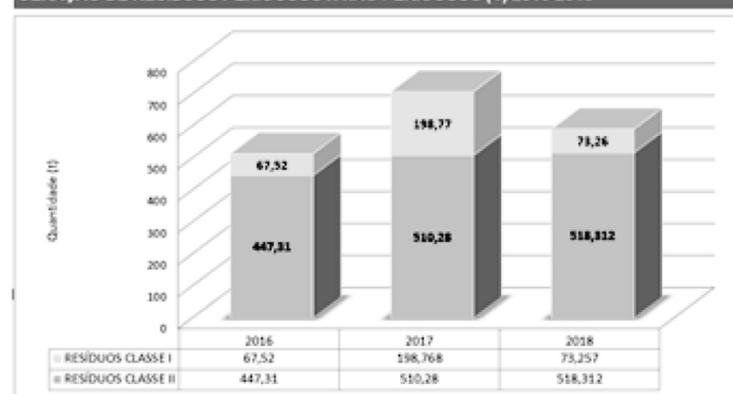
INDICADOR	PREOCUPA?		
	SIM	X	NÃO
GERAÇÃO DE RESÍDUOS		X	NÃO
GERAÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS X NÃO PERIGOSOS	SIM	X	NÃO
GERAÇÃO DE RESÍDUO METÁLICO	X	SIM	NÃO
PERCENTUAL DE RESÍDUOS DOADOS À COOPERATIVA	SIM	X	NÃO

GERAÇÃO DE RESÍDUOS (T) - 2016-2018



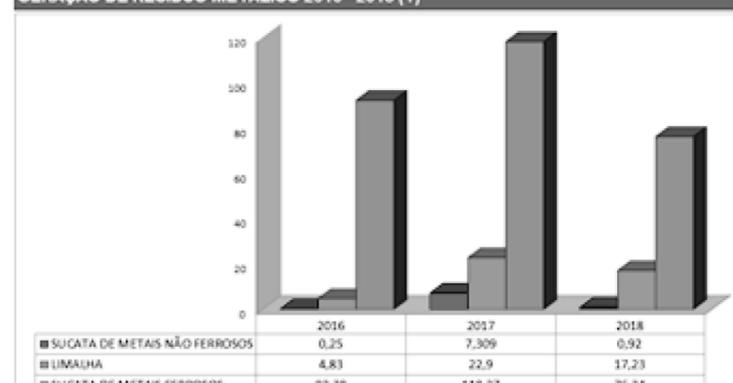
Comentários: Observa-se redução de 3,65% na geração de resíduos.

GERAÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS X NÃO PERIGOSOS (T) 2016-2018



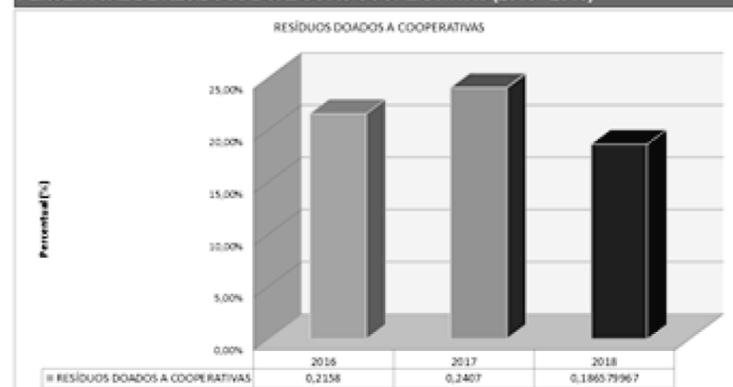
Comentários: Observa-se redução de 63,14% na geração de resíduos perigosos, este fato se deve a redução de obras.

GERAÇÃO DE RESÍDUO METÁLICO 2016 - 2018 (T)



Comentários: Observa-se redução de 36,36% na geração de resíduos metálicos em relação a 2017

PERCENTUAL DE RESÍDUOS DOADOS ÀS COOPERATIVAS (2016 - 2018)



Comentários: Observa-se redução na doação de resíduos para cooperativas

Elaborado por:

Renan Maia

Aprovado por:

Viviane Montebello

CARLOS HENRIQUE SILVA SEIXAS
Presidente
CPF 507.580.717-87

OSCAR MOREIRA DA SILVA FILHO
Diretor Administrativo
CPF 730.465.237-34

NICOLA MITRO NETO
Diretor Comercial
CPF 141.248.308-58

WALLACE AFFONSO ALVES
Diretor Industrial
CPF024.273.207-69

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
Gerente Geral de Planejamento e Finanças
CPF491.885.187-87

CLEZIO DOS SANTOS OLIVEIRA
Contador - CRC-RJ 044.218/O-0
CPF 414.363.777-49

COMITÊ DE AUDITORIA
MANIFESTAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E AO RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE 2018

1. PROPÓSITO

Em conformidade com a legislação e demais normativos pertinentes, o Comitê de Auditoria é definido como órgão auxiliar do Conselho de Administração, que tem por finalidade precípua o assessoramento do referido Conselho no que concerne ao exercício das suas funções de auditoria, supervisão e fiscalização.

2. TRABALHOS DESENVOLVIDOS

O acompanhamento da confecção das demonstrações financeiras (incluindo notas explicativas), do parecer da auditoria independente e do relatório de administração, relativos ao exercício de 2018, foi efetuado pelo COAUD ao longo do 1.º trimestre de 2019, de acordo com cronogramas específicos, estabelecidos em conjunto com a Gerência Geral de Planejamento e Finanças e devidamente consignados no Plano de Trabalho 2019 deste Comitê.

Em função do trabalho realizado, diversas recomendações foram emanadas do Comitê, conforme discriminado a seguir:

- a) No que se refere às Demonstrações Financeiras e parecer da auditoria independente
- ✓ Nas notas explicativas, atenção para as informações que devem constar de acordo com a Resolução CGPAR n.º 03/2010, observadas as novas regras previstas na Lei n.º 13.709/2018, que dispõe sobre a proteção de dados pessoais;
 - ✓ Nas notas explicativas, obrigações trabalhistas e sociais, item 17, inclusão da justificativa para o valor constante a salários, encargos sociais e consignações (alteração na rotina das Ordens Bancárias – OB – no SIAFI);
 - ✓ Nas notas explicativas, outras obrigações, item 20, verificação se há algo relevante para demonstrar de forma analítica, como justificativa para o aumento da conta assistência médica;
 - ✓ Nas notas explicativas, Plano de Previdência Privada, item 31, informação dos valores referentes ao exercício de 2018;
 - ✓ Nas notas explicativas, Remuneração dos administradores e empregados, item 36, inclusão do salário médio dos empregados e dirigentes e substituição dos dispositivos legais pela Resolução CGPAR n.º 03/2010;
 - ✓ Nas notas explicativas, eventos subsequentes, item 38.3, reavaliação quanto à relevância da informação;
 - ✓ Fornecimento formal ao Comitê de detalhes técnicos sobre os créditos a receber referidos no Relatório de Auditoria Independente no item 6 dos "principais assuntos de auditoria";
 - ✓ Fornecimento ao COAUD de maior detalhamento em relação às pendências no Contas a Receber, com informação específica da composição das dívidas dos clientes que foram ajuzizadas e os motivos para o não ajuzamento das mesmas;
 - ✓ Envio ao COAUD de minuta de análise da evolução das principais contas evidenciadas nas demonstrações financeiras;
 - ✓ Fornecimento ao COAUD de detalhamento em relação aos débitos descritos na Certidão emitida pela Receita Federal ("Certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União", emitida em 15/01/2019).

b) No que se refere ao Relatório de Administração

- ✓ Reavaliação do item II.8;
- ✓ Item III, gestão empresarial – Desempenho, análise quanto à viabilidade/indicção de se inserir considerações estratégicas (previstas na própria missão da Companhia) que possam/devam ser levadas em consideração como contraponto à simples análise numérica da expressiva queda da receita bruta;
- ✓ Item VI, estratégia empresarial, logo ao início do primeiro parágrafo, aprimorar a redação em relação ao planejamento estratégico, visando evidenciar que os trabalhos inerentes à atualização do planejamento, elaborado inicialmente em 2017, encontram-se em curso, com previsão de conclusão, para submissão à aprovação do Conselho de Administração, no primeiro quadrimestre de 2019; e, no terceiro parágrafo, reavaliar a informação quanto à aprovação e descrição dos objetivos estratégicos, em conformidade com o Plano de Negócios vigente ao final do exercício.

Dentre as recomendações anteriormente descritas, merecem destaque as relativas aos itens 17 e 36 das notas explicativas, cujo atendimento não foi observado na última versão analisada por este Comitê.

No tocante às demonstrações financeiras, há de se ressaltar, ainda, que as 3 principais dívidas da Companhia (NUCLEOS, INB e Wartsila) mereceram atenção especial quanto à verificação de sua conformidade de registros, concluindo-se que, em todas as situações, os registros encontram-se adequadamente evidenciados.

3. CONCLUSÕES

a) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (INCLUINDO NOTAS EXPLICATIVAS)

Ratificando entendimento expresso anteriormente no Relatório Anual de 2018 deste Comitê, as verificações e análises efetuadas respaldam a avaliação positiva da qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, de forma geral, com respeito aos ditames da legislação em vigor e boa representação dos atos e fatos.

b) PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Alguns registros, no entendimento deste Comitê, não mereceriam registros (como, por exemplo, a observação em relação à dívida junto à Wartsila, uma vez que esta está corretamente registrada nas demonstrações financeiras, conforme salientado anteriormente). Em função disso, este Comitê sugere que este seja substituído por: um relatório sintético, para efeito de publicação (conciso, apenas com a opinião dos auditores em relação à aprovação das demonstrações financeiras); e um relatório de observações/recomendações, com os demais comentários, a ser disponibilizado internamente, sem publicação.

c) RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

O Relatório de Administração apresenta informações que podem ser avaliadas como confiáveis e consentâneas com os grandes objetivos da Companhia, expressos no Plano de Negócios 2018, ressalvada a necessidade de reavaliação, descrita anteriormente, quanto à aprovação e descrição dos objetivos estratégicos.

Rio de Janeiro, RJ, em 27 de março de 2019

Vitor Knibel Palacios
Presidente

Luiz Angelo de Carvalho Filippo
Membro

Adilson Dias Oliveira
Membro

BALANÇO SOCIAL – INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

	2018		2017		2018		2017	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
1 - GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA - DVA								
Empregados	240.432	84,6%	212.035	94,9%	-	-	380	407
Governo	8.686	3,1%	12.774	5,7%	283	262	283	299
Financiadores	37.236	13,1%	8.798	3,9%	285	299	285	299
Acionistas	(2.128)	-0,7%	(10.099)	-4,5%	86	99	86	99
Total	284.226	100,0%	223.508	100,0%				
2 - BASE DE CÁLCULO DOS INDICADORES								
Receita Líquida (RL)	362.862		416.887		-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício (RLE)	(2.128)		(10.099)		95	184	399	390
Folha de Pagamento Bruta (FPB) (Remuneração + Encargos)	317.819		308.663		215	174	290	296
Apropriação em Custos dos Produtos Vendidos	(46.385)		(84.595)		35	23	35	23
Apropriação em Estoques de Produtos em Processo	(31.002)		(12.033)					
Folha de Pagamento Líquida (FPB) (Remuneração + Encargos)	240.432		212.035					
3 - RECURSOS HUMANOS								
3.1 - REMUNERAÇÃO BRUTA								
Empregados	205.731	57,9%	181.743	54,3%	-	-	-	-
Administradores	1.478	0,4%	560	0,2%	22	10	22	10
Total	207.209	58,3%	182.303	54,4%				
3.2 - ENCARGOS SOCIAIS								
	84.340	23,8%	81.643	24,4%	2.153	6.103	2.153	6.103
3.3 - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS								
Alimentação	5.177	1,5%	8.155	2,4%	-	-	-	-
Transporte	10.932	3,1%	10.882	3,2%	-	-	-	-
Previdência Privada	31.179	8,8%	30.183	9,0%	-	-	-	-
Assistência Médica e Odontológica	14.473	4,1%	19.530	5,8%	-	-	-	-
Segurança e Medicina do Trabalho	431	0,1%	582	0,2%	-	-	-	-
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	855	0,2%	1.132	0,3%	-	-	-	-
Seguro de Vida em Grupo e Outros	518	0,1%	472	0,1%	-	-	-	-
Total	63.565	17,9%	70.936	21,2%				
TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	355.114	100,0%	334.882	100,0%				
RELAÇÃO ENTRE A MENOR E A MAIOR REMUNERAÇÃO								
Empregados	33		33		-	-	-	-
Administradores	33	2,1	33	2,1	-	-	-	-
3.4 - COMPOSIÇÃO DO CORPO FUNCIONAL								
Total de empregados ao final do exercício		1.034		1.067				
Total de admissões durante o exercício		28		46				
Total de demissões durante o exercício		61		39				
Total de estagiários ao final do exercício		60		46				
Total de prestadores de serviço terceirizados ao final do exercício		-		-				
Total de empregados com necessidades especiais ao final do exercício		2		2				
Total de negros que trabalham na Empresa		479		527				
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros		26,6%		26,9%				
Total de empregados por sexo:								
. Feminino		202		209				
. Masculino		832		858				
Percentual de ocupantes de cargos de chefia por sexo:								
. Feminino		26,6%		21,2%				
. Masculino		73,4%		78,8%				

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. – NUCLEP.

Itaguaí – RJ

ASSUNTO: Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes relacionado com informações sobre sustentabilidade e responsabilidade social.

Introdução

Fomos contratados pela Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre a compilação das Informações socioambientais constantes no Balanço Social da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Responsabilidades da administração da Companhia

A administração da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações socioambientais constantes no Balanço Social de acordo com os critérios da *Global Reporting Initiative (GRI-G3.1)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações socioambientais constantes no Balanço Social, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01/12, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 – Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações socioambientais constantes no Balanço Social, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração da Companhia e outros profissionais da Companhia que estão envolvidos na elaboração das informações socioambientais constantes no Balanço Social, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto.

Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações socioambientais constantes no Balanço Social, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações socioambientais constantes no Balanço Social e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

(a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviriam de base para a elaboração das informações socioambientais constantes no Balanço Social da NUCLEP;

(b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;

(c) a aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações socioambientais constantes no Balanço Social; e

(d) o confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações contábeis e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguração limitada compreenderam, também, a aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração do *Global Reporting Initiative (GRI-G3.1)* aplicável na elaboração das informações socioambientais constantes no Balanço Social.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados no trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados no trabalho de asseguração que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações socioambientais constantes no Balanço Social. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em trabalho de asseguração que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações socioambientais constantes no Balanço Social. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos.

Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações socioambientais constantes no Balanço Social não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes do *Global Reporting Initiative (GRI-G3.1)*.

Ribeirão Preto (SP), 01 de março de 2019

AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC-2SP 022486/O-4 CVM – 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC1SP067138/O-0 "S" RJ